
Segmento: PUCRS

19/11/2020 | Jornal do Comércio | jornaldocomercio.com | Geral

Estudo aponta desigualdade racial no serviço público gaúcho

https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2020/11/766293-estudo-aponta-desigualdade-racial-no-servico-publico-gaucha.html

Os negros representam a maioria da população brasileira. São 56,1%, segundo o IBGE, reunindo o total de pretos e pardos. Apesar disso, poucos são os que ocupam cargos de liderança ou vagas de formação superior no serviço público.

De acordo com um estudo realizado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) com associados do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Rio Grande do Sul (Sintergs), dos 366 entrevistados para a pesquisa, 5,7% (21 pessoas) se declaram como pardas, 3% (11 pessoas) como negras, e apenas uma, 0,3%, como indígena. Os outros 91% dos entrevistados - 333 pessoas -, se declaram brancos.

Para a diretora do Sindicato e médica veterinária da Secretaria Estadual da Agricultura, Angela Antunes, os dados mostram as desigualdades do setor público e a falta de diversidade. "A gente sabe das dificuldades de acesso de pessoas não brancas. Mas o que chamou a atenção mesmo foi saber que tem secretarias que não tem nenhum servidor negro com nível superior", comentou.

"Esse é um dado preocupante, que reflete a desigualdade social. Até encontramos funcionários negros, mas são, principalmente, terceirizados. É como se as pessoas naturalizassem a situação", disse, referindo-se ao fato de a sociedade estar "acostumada" a não ter pretos e pardos em cargos de liderança.

A semana da consciência negra - a data é celebrada nesta sexta-feira -, segundo Angela, reforça a necessidade do combate ao racismo e às desigualdades. Justamente por isso, a política de cotas é um tema tão defendido pelo Sintergs. "A questão das cotas é fundamental tanto na educação quanto no serviço público, pois faz com que o acesso seja mais democrático", explicou.

O principal ponto para que se promova a diversidade nas instituições, conforme a diretora do Sintergs, é discutir as políticas públicas de inclusão, principalmente nesse cenário de concursos públicos. "Estamos vivendo uma política de descontinuação do serviço público, em que estados, municípios e a própria União tem feito menos concursos. Precisamos ver a sociedade da forma que ela se mostra, desigual, e tentar reparar isso", garantiu.

As cotas também são discutidas na magistratura. Neste ano, o grupo de trabalho sobre Igualdade Racial no Judiciário apresentou um relatório ao plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de tornar o processo mais efetivo. Em 2015, o CNJ aprovou resolução que determinou a reserva de 20% das vagas nos concursos da magistratura para negros. Na época, a projeção era a de que o percentual de 22% de magistrados negros fosse alcançado em 2018. Porém, um novo estudo apresentado em julho apontou que serão necessários pelo menos 24 anos para que a taxa de equidade seja alcançada.